

COMUNICAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO

No caso de utilização de edifício ou fração após operação urbanística sujeita a controlo prévio

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome:			
Morada/sede:			
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:	
Identificação Fiscal:	Código da certidão de registo comercial: Cartão do cidadão/BI n.º:		
Telemóvel/Telefone:	e-mail:		
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Arrendatário <input type="checkbox"/> Outro _____
<input type="checkbox"/> Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado			

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

Nome:			
Morada:			
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:	
Identificação Fiscal:			
Telemóvel/Telefone:	e-mail:		
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Procurador	<input type="checkbox"/> Gerente	<input type="checkbox"/> Outro _____

PRETENSÃO

Vem comunicar: A alteração à utilização A utilização

Na sequência da realização de operação urbanística de _____ ⁽¹⁾ sujeita a controlo prévio, de acordo com as seguintes características:

Edifício/Fração	Tipo de utilização	Área de construção	N.º de lugares de estacionamento

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO ABRANGIDO

Rua ou lugar	Freguesia
Descrição da CRP	Inscrição na matriz
Fração:	

ANTECEDENTES

Processo da operação urbanística n.º/ano _____

Informações sobre tratamento de dados pessoais:

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é o Município com os contactos aqui indicados, que designou Encarregado de Proteção de Dados contactável através do email dpo@cm-marvao.pt.

A finalidade de tratamento dos dados pessoais corresponde à finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas.

O fundamento é o tratamento necessário para cumprimento das obrigações legais do Município e o tratamento necessário para o exercício de funções de interesse público ou autoridade pública de que está investido o Município.

Podem ser destinatários dos dados outras entidades públicas caso e conforme tal esteja previsto na legislação. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação incluindo de arquivo.

O titular dos dados pessoais tem os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento. Tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo Comissão Nacional de Proteção de Dados. Para mais informações poderá consultar as nossas políticas de privacidade no nosso website: <http://www.cm-marvao.pt/>.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Assinatura ⁽²⁾ _____ data _____

⁽¹⁾ Habitação unifamiliar, habitação coletiva, fração autónoma, serviços, indústria, comércio, restauração e bebidas, alojamento local, instalação desportiva

⁽²⁾ Assinatura digital nomeadamente através do Cartão de Cidadão, devendo ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados - Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.